

É uma obra de grande valor para se conhecer o negro na sociedade brasileira e também de grande valor enquanto o A. se preocupa no volume todo em desmascarar o mito que envolve nossa gente, quanto à inexistência do preconceito racial, quer na literatura, na inter-ação do branco e negro, e no inter-casamento.

Em termos de contribuição, podemos verificar no terceiro capítulo, "Mestiçagem e Status" — onde nos propôs diversas hipóteses — que poderão orientar trabalhos posteriores. Sintetiza o pensamento de Roger Bastide — "As religiões africanas no Brasil", Florestan Fernandes e Roger Bastide — "Branco e Negro em São Paulo", Florestan Fernandes — "Integração do Negro na Sociedade de Classes". Vai além do nível descritivo e interpreta as formulações destes autores, bem como de outros, porém ficando a desejar quanto à contribuição teórica e fundamentação através de dados empíricos.

Tais dúvidas absolutamente não invalidam os esforços do A., pois nos demonstrou que é o eficiente pesquisador, sensível à problemática brasileira do mascaramento das relações sociais entre o branco e o negro. — ANA MARIA CAMARGO FIGUEIREDO

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan — *Branco e negro em São Paulo*. Cla. Editora Nacional, Coleção Brasillana, vol. 305, 3ª edição, São Paulo, 1971, 310 p.

Este trabalho resultou da combinação do interesse da UNESCO sobre as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira, com um projeto de estudo anteriormente preparado por Roger Bastide para a revista *Anhembi* e com o apoio da Reitoria da Universidade de São Paulo. Publicada originalmente em 1953 pela revista mencionada, a obra traz apenas uma condensação dos resultados da investigação, por premência de tempo, contudo traz no apêndice o projeto de estudo inicial, que evidencia a amplitude do esquema proposto. Traz também um pequeno estudo sobre estereótipos, normas e comportamento inter-racial em São Paulo, realizado por Roger Bastide e Pierre Van Den Bergue. Em vários trabalhos bastante consistentes, realizados posteriormente, é nítida a influência construtiva deste (veja-se, por exemplo, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, Dominus Editora, São Paulo, 1965, 2 vols.).

As pesquisas que alicerçaram este estudo foram efetuadas justamente numa época em que se consideravam inexistentes atitudes preconceituosas e discriminatórias na sociedade brasileira, tendo como mérito principal evidenciar as formas pelas quais elas se exprimiam e as funções que preenchiam, posto que até então, mesmo nos círculos letrados brasileiros, uma perspectiva etnocêntrica limitava as possibilidades de interpretação ao mero nível de expectativas tradicionalmente aceitas.

Os AA. se valeram de técnicas de levantamento de dados muito variadas: estudo ecológico, questionários especiais, entrevistas ocasionais e formais, biografias ou histórias de vida etc. Contaram, inclusive, com a colaboração de vários intelectuais de cor no levantamento dos dados e debates de problemas. Visavam não apenas os descendentes dos antigos escravos, mas também os componentes de velhas famílias tradicionais e elementos provenientes da imigração, pois em São Paulo coexistem sobrevivências da sociedade escravista e inovações da sociedade competitiva estimuladas pelo rápido processo de industrialização.

Na redação final do trabalho, Florestan Fernandes se encarregou dos capítulos I, II e V, enquanto Roger Bastide escreveu os capítulos III e IV. Os estudos foram ordenados num *crescendum*: o ponto de partida é a análise da transição do regime

escravocrata para o regime de classes no Brasil, situando os problemas verificados na passagem do *status* de escravo para o de homem livre (capítulo I: "Do Escravo ao Cidadão"). A seguir, são colocadas as transformações ocorridas na estrutura sócio-econômica da cidade de São Paulo e seus reflexos nas relações entre negros e brancos, como grupos que se defrontam num contexto apenas formalmente competitivo ou incipientemente competitivo no que tange ao grupo de cor (capítulo II: "Cor e Estrutura Social"). O terceiro capítulo ("Manifestações do Preconceito de Cor") ocupa-se das atitudes raciais, estereótipos e discriminações subjacentes às manifestações de preconceito de classe, seja no relacionamento do negro (identificado como "classe inferior") com os brancos ("classe superior"), seja no relacionamento de negros e brancos incluídos na mesma classe social, e as barreiras que, em decorrência, se interpõem à ascensão social dos elementos de cor. No capítulo IV ("Efeitos do Preconceito de Cor") são apresentadas as conseqüências do tratamento preconceituoso e discriminatório em relação aos negros, mas ao mesmo tempo assimilacionista sob controle, que os induzem a assumir uma perspectiva de "branco" sobre a sociedade, dificultando a formação de uma consciência de raça entre os homens de cor. O quinto capítulo — "A Luta Contra o Preconceito de Cor" — trata das reações espontâneas e legais contra o preconceito de cor, motivadas principalmente pelos ideais de integração nacional acima das diferenças raciais, componentes do *ethos brasileiro*, do qual participam tanto os brancos quanto os elementos de cor.

Dentre as muitas observações de relevância que constam neste trabalho, gostaríamos de salientar algumas:

1ª) Por ocasião da Abolição prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários de escravos, interessados no assalariamento de mão-de-obra imigrante. Em conseqüência, o elemento negro perdeu sua posição no sistema econômico, devendo contentar-se com ocupações mal remuneradas e com uma reabsorção lenta no sistema. A herança negativa deixada pela escravidão concorreu para essa situação. A participação efetiva do negro na sociedade de classes irá processar-se através da proletarianização e, na melhor hipótese, na integração às classes médias urbanas. A assimilação lenta do negro ao regime de trabalho livre permitiu que os dois grupos implicados promovessem uma nova acomodação, em que emergiram novas representações sociais do negro como agente de trabalho.

2ª) Durante o período escravista uma "raça" exercia dominação sobre a outra; sua estratificação em castas propiciou a imposição de direitos e deveres desiguais, medidas de discriminação racial, que impediam a manifestação de antagonismos. Assim, perpetuava-se a ordem social escravocrata sem a interferência de "ódios" raciais, sendo os atributos raciais computados (indiretamente) na representação social da personalidade-*status* do elemento negro (negro=escravo; branco=senhor). A libertação significou a transformação do escravo em dependente social do "branco" da camada dominante e a valorização da cor, pessoa e cultura dos brancos. Não houve condições para a expressão coletiva das insatisfações, conforme ideologia própria dos negros; ao contrário, aqueles que conseguissem combinar certo grau de prestígio social e herança atenuada de caracteres raciais do negro eram incorporados à sociedade dos brancos, sob o beneplácito destes. Depois da Abolição mantém-se o padrão de relação assimétrica entre negros e brancos, bem como as manifestações de preconceito e discriminação antes destinados aos escravos e libertos. "(...) a estratificação social em São Paulo corresponde ou se superpõe uma estratificação interétnica e racial" (p. 84), sendo que o fator *cor* é usado para identificar socialmente os negros e mestiços. É que não foi necessária a introdução de modificações na esfera dos ajustamentos sociais entre brancos, negros e mestiços durante a fase de transição da ordem senhorial para a capitalista em São Paulo e o trabalho livre não serviu como meio de revalorização social do negro.

3*) Na sociedade paulistana contemporânea tem prevalecido os princípios da integração estrutural sobre as diferenças étnicas e culturais e na atualidade "a classe social aparece como um fator de integração mais forte do que a influência segregadora das diferenças raciais" (p. 143). Por isso, no plano das relações categóricas e formais, verifica-se progressiva aceitação de elementos de cor. Assim mesmo, porém, é possível que o preconceito de cor ainda encontre condições favoráveis à sua perpetuação na sociedade de classes, na medida em que os brancos se sintam ameaçados pela ascensão dos negros como grupo social. Além disso, é possível que entre os próprios negros e mestiços surjam preconceitos de classe, especialmente da parte da classe média de cor: "Ao preconceito do branco corresponde um preconceito do negro contra o negro, do mulato ou do negro bem sucedido contra a plebe de cor" (p. 203).

4*) A cor não se confunde totalmente com a classe social, porque ela exerce um papel discriminador no seio da classe, evidenciado não tanto na esfera profissional quanto na vida social, menos marcadamente com referência aos indivíduos em que a cor é atenuada (veja-se, por exemplo, as reações diante de casamentos mistos).

5*) A reação dos negros ao preconceito dos brancos manifesta-se diferentemente conforme a posição social: os negros de classe baixa são totalmente passivos ou ativos até um limite que percebem na realidade; os de classe média são puritanos e acatadores das determinações de uma sociedade que os aceita com restrições; as elites intelectuais são divergentes, oscilando entre a política da não-violência e o apego ao tratamento diferencial. As ideologias que delas advieram são ambivalentes, porque flutuam entre um racismo puro, que incita a reação hostil dos brancos, e a admiração e imitação do branco. A identificação com a ideologia dos brancos, por sua vez, atua como uma forma de controle, desejada e estimulada pelos brancos. Os movimentos organizados que surgiram entre os negros em fins da década de 20, com o fito de introduzir sentimentos de autonomia perante os brancos, de lealdade para com o grupo de cor, de reação construtiva contra o preconceito dos brancos, foram efêmeros e não dispuseram de meios culturais para uma ação efetiva no meio negro.

6*) A interferência legal antidiscriminatória no país limitou-se a cobrir as manifestações do preconceito de cor, beneficiando os negros e mulatos da classe média, e omitiu-se quanto aos problemas essenciais da população de cor concentrada na zona urbana. — MARINEIDE DO LAGO SALVADOR DOS SANTOS

HORCH, Rosemarie E. — *Catálogo dos folhetos da Coleção Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1974 (Anais da Biblioteca Nacional, v. 92, t. 1, p. 9-251; t. 2, 248 p.

Não são muitos os que se dispõem, entre nós, a elaborar catálogos. É estranho, dada sua reconhecida importância como fonte de consulta para o estudioso em geral. Isto posto, a Biblioteca Nacional, uma vez mais, vem ao encontro do interesse dos pesquisadores com o início da publicação do *Catálogo dos Folhetos da Coleção Barbosa Machado*, no volume 92 dos Anais.

O então Ministro, Jarbas Passarinho, termina o prefácio afirmando ser tal publicação "o melhor testemunho de continuidade de nossas preocupações com a preservação de nosso acervo cultural".